



Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de
outubro de 2024

DISCUSSÃO HISTÓRICA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL:
APRESENTAÇÃO INICIAL

Aciê Iguchi Secretaria Municipal de Assistência Social e Família,

acieiguchi@gmail.com;

Rafael Ademir Oliveira de Andrade

Laboratório de Pesquisa em Pop. Negligenciadas da Amazônia,

profrafaelsocio@gmail.com

INTRODUÇÃO. A institucionalização de crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social é uma prática histórica recorrente. No contexto amazônico, essa questão assume características únicas devido às condições socioeconômicas, culturais e geográficas locais. A revisão da literatura inicial aborda a evolução histórica do acolhimento institucional, com foco nas mudanças legislativas e políticas após o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990), assim como destacam a relevância dos vínculos afetivos e do acolhimento familiar como alternativas ao modelo tradicional, reforçando a necessidade de políticas que garantam os direitos à proteção integral e o desenvolvimento saudável. **OBJETIVO.** O objetivo deste trabalho é debater o tema acolhimento institucional de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. **MATERIAL E METODOLOGIA:** O segundo método empregado é a revisão bibliográfica baseada na livre associação. Esse processo consiste em selecionar textos que abordem as temáticas identificadas pelo método anterior, de forma a aprofundar e esclarecer os pontos relevantes. A livre associação permite explorar conexões mais amplas e inesperadas entre diferentes autores, conceitos e perspectivas, enriquecendo a análise e promovendo uma compreensão mais ampla do tema em estudo. Esse método atua como um complemento à abordagem previamente mencionada, ampliando as possibilidades interpretativas e garantindo maior robustez teórica ao trabalho, sendo esta uma primeira abordagem. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A institucionalização de crianças órfãs ou abandonadas tem raízes antigas, surgindo na Idade Média com forte influência da caridade religiosa. Na Europa, a prática foi marcada pela criação das "Rodas dos Expostos", dispositivos



Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de
outubro de 2024

que permitiam o anonimato no abandono infantil, promovendo o surgimento de orfanatos. Essas instituições se expandiram para territórios coloniais, tornando-se um modelo predominante de cuidado de crianças vulneráveis. Com o passar do tempo, o sistema de acolhimento passou por diversas transformações. No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos anos 1990 representou um marco na proteção integral de crianças e adolescentes. O ECA substituiu os grandes orfanatos por casas lares, Unidades de Acolhimento Institucional e o Serviço de Acolhimento Familiar, priorizando estruturas menores e mais humanizadas. Essas mudanças buscavam assegurar um ambiente mais acolhedor e respeitoso para o desenvolvimento infantil. O acolhimento institucional, enquanto medida protetiva, é uma resposta às violações de direitos e à vulnerabilidade social. É uma medida temporária, em que se objetiva, primordialmente, a reorganização familiar da demanda acolhida, através da rede de proteção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de forma que a demanda possa retornar ao seio familiar do qual fora afastada.

Há a necessidade contínua de permanecer como objeto de debate na literatura científica devido ao seu impacto no desenvolvimento das crianças e adolescentes que necessitam desta drástica intervenção do Estado. Estudos aqui debatidos a partir do método, examinam criticamente a produção científica brasileira sobre o tema, evidenciando avanços e desafios nas práticas de acolhimento institucional entre 2010 e 2015. Essas análises reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam ambientes seguros e afetivos para crianças e adolescentes em situação de risco e a relevância dos vínculos afetivos para o desenvolvimento de crianças acolhidas. Sousa e Paravidini (2011) ressaltam o papel do apadrinhamento afetivo, enfatizando a escuta das experiências das crianças abrigadas, já Franco et al. (2014) apontam que, mesmo em condições desfavoráveis, as relações com educadores sociais são cruciais no desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes acolhidos. Apesar disso, o acolhimento institucional enfrenta desafios, principalmente por sua abordagem assistencialista ou filantrópica, impactando negativamente a percepção tanto da sociedade, quanto das crianças e adolescentes acolhidos, perante a situação de acolhimento institucional. Lima (2018) questiona os métodos de pesquisa existentes, propondo uma análise crítica que valorize a voz das crianças e melhore práticas e políticas de acolhimento, promovendo um ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral.

CONCLUSÃO: Por fim, conclui-se que os textos mostram a evolução do acolhimento institucional da infância e juventude, desde práticas assistencialistas até modelos mais



Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de
outubro de 2024

humanizados impulsionados pelo ECA (no Brasil). Destaca-se a importância dos vínculos afetivos no desenvolvimento de crianças acolhidas e os desafios ainda presentes, como a visão filantrópica das instituições e as dificuldades enfrentadas para a reintegração familiar. Estudos críticos reforçam a necessidade de políticas públicas que priorizem ambientes acolhedores, proteção integral e metodologias que valorizem a voz das crianças.

Palavras- chave: Crianças. Adolescentes. Vulnerabilidade social. Acolhimento Institucional.